

Notas críticas sobre o conceito de “marginalidade” no pensamento social latino-americano: localizando as empregadas domésticas na reprodução capitalista

João Caetano Gomes Viana¹

1. Introdução

O trato do desenvolvimento capitalista na América Latina vem, desde o início do século XX, mobilizando corações e mentes na tentativa de compreender a trajetória histórica *sui generis* da região que colocou, e segue colocando, dúvidas a respeito da universalidade dos modelos eurocêntricos convencionais. Uma primeira dificuldade reside na diversidade dos países em questão. Antes da colonização europeia, a região era habitada por povos extremamente heterogêneos que, por vezes, não tinham qualquer relação; é somente com a dominação europeia que se impõe uma noção coletiva de pertencimento à “América” (Ianni, 2000). Essa diferenciação seguiu em processo e deu origem a formações nacionais bastante heterogêneas. A partir de obras clássicas do pensamento social latino-americano, Bértola e Ocampo (2013, pp.24-25) elegeram cinco dimensões fundamentais para pensar as diferenças na formação econômico-social da América Latina: 1) o tipo de poder colonial, português ou espanhol; 2) o tipo de mercado a que se vincula a sociedade; 3) principais produtos; 4) tipo de mão de obra característica do período colonial; 5) tamanho. Tomando o exemplo brasileiro, a colonização foi portuguesa, desde o início da plantação de cana de açúcar, associada a um mercado de exportação. Seus produtos, ao longo da história foram majoritariamente de agricultura tropical e a mão de obra baseada na importação de escravizados vindos da África Ocidental. Pela própria dimensão do país, o Brasil não poderia ser implicado de maneira tão simplista nesta ou naquela tipologia, entretanto, as dimensões sugeridas permitem destacar as continuidades e rupturas no desenvolvimento dos países da região após a crise de 1929 e a virada industrial que alguns desses países alcançaram.

Assim, todo estudo sobre a América Latina envolve a compreensão e a construção de um conceito em processo, que, em sua síntese de diferenças, atua na história de maneira hesitante, como entre a fantasia e o concreto, entre o que é e o que pode ser:

“(...) o mesmo pensamento que descreve, compreende, explica ou nomeia, participa decisivamente da constituição do objeto, seja este coisa, gente ou ideia. Assim, o pensamento social pode ser visto como uma forma de autoconsciência da realidade, elaborando códigos ou taquigrafias, com os quais participa da

¹ Mestrando em economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

formação do objeto, conferindo-lhe fisionomia e movimentos, modo de ser e devir.” (Ianni, 2000, p.12)

A indefinição típica da compreensão histórica da América Latina dá ao seu tratamento categorial implicações ainda mais radicais, ao capacitá-la mais ou menos como agente histórico. A repetição da metáfora do espelho, como destaca Ianni (2000), em que esse sujeito histórico só se enxerga em relação aos parâmetros e trajetórias europeias, reforça sua inércia nas disputas políticas. Não por outro motivo, é fundamental revisitar o debate acerca da marginalidade social, um marco no pensamento latino-americano.

Podemos destacar, dentre as primeiras tentativas de análise original do desenvolvimento econômico em nossa região, o trabalho do marxista José Carlos Mariátegui (2007), cuja obra seminal, publicada em 1928, dá origem a uma ampla tradição. Dentre seus vários méritos, interessa dizer que ele foi capaz de, em primeiro lugar, romper com a ideia, ainda hoje bastante importante, de que o desenvolvimento se daria por etapas, tais quais aquelas pensadas sobre o desenvolvimento clássico europeu (Inglaterra e França). Além disso, o autor vê no “índio”, nos povos nativos, a principal potência transformadora da sociedade peruana. Também em sua obra se nota um importante papel atribuído à relação desigual no mercado internacional que condiciona o desenvolvimento nacional às necessidades das economias centrais. Essa ideia será um importante alicerce para marxistas da região, como o brasileiro Caio Prado Jr., nas décadas seguintes.

Apesar do trabalho pioneiro do autor peruano, há um inegável ponto de inflexão na construção da práxis política na região com a desorganização do comércio internacional a partir de 1929, o que possibilitou, e em certa medida impeliu, um aumento da integração econômica regional que antes se direcionava exclusivamente aos mercados centrais. Nesse período, algumas economias da região que possuíam mercado consumidor expressivo passaram inclusive por um processo de aceleração da industrialização, notadamente uma expansão do setor de bens de consumo leves. Com o fim da Guerra e a reconstrução dos países europeus, ressurgiu uma forte pressão sobre as economias da região que acaba por incitar a criação de órgãos de representação da América Latina. É nesse contexto que é fundada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), como parte da estrutura das Nações Unidas (Furtado, 1997). Sem espaço para aprofundar o debate sobre as limitações da atuação política da CEPAL, nos interessa apontar que diversos estudiosos passam então a investigar os problemas econômicos da região de maneira original. A chamada abordagem “dual” clássica surge como um instrumento teórico importante dos autores ligados à Comissão no sentido de explicar a situação de “subdesenvolvimento”, na qual conviviam um setor “atrasado”, ou “tradicional”, e um setor “capitalista”. O avanço do segundo significaria, ao mesmo tempo, a absorção do primeiro em uma economia mais produtiva e de maior capitalização (Pinto, 1970).

As tendências históricas surgidas na década de 1950, com a conclusão da reconstrução do capitalismo europeu, significaram um avanço do capital internacional sobre mercados periféricos, principalmente na forma de transferência de plataformas de produção. Assim, em alguns países da América Latina, destacadamente Brasil, México e Argentina, se acelerou um processo de industrialização pela implantação de setores “pesados”, como a produção de máquinas, equipamentos e bens de consumo duráveis (Campos, 2023).

Tabela 1 – Investimento Direto Estrangeiro na América Latina (1946-1960)

(US\$ Milhões, preços correntes)				
Países	1946-50	1951-55	1956-60	Total Geral
Argentina	- 113,8	15,8	828,8	730,8
Bolívia	0,2	3,6	66,2	70,0
Brasil	219,6	350,0	743,0	1.312,6
Colômbia	98,9	12,2	18,7	129,8
Costa Rica	20,9	7,4	15,9	44,2
Chile	41,5	93,9	208,3	343,7
Equador	27,2	19,2	29,6	76,0
El Salvador	0,2	- 0,1	0,6	0,7
Guatemala	12,0	- 2,0	71,8	81,8
Haiti	4,7	21,1	- 2,1	23,7
Honduras	24,9	41,4	- 12,0	54,3
México	176,9	439,4	423,5	1.039,8
Nicarágua	5,5	9,0	10,3	24,8
Panamá	29,2	37,4	78,9	145,5
Paraguai	9,2	2,2	10,4	21,8
Peru	23,0	170,2	179,2	372,4
República Dominicana	4,4	9,1	20,3	33,8
Uruguai	68,0	40,0	20,0	128,0
Venezuela	1.026,4	366,7	1.550,8	2.943,9
Cuba	9,4	89,0	263,0	361,4
Total	1.668,3	171,5	4.529,4	6.369,2

Fonte: CAMPOS, Fábio. A. A Arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista no Brasil (1951-1992). Marília-SP: Lutas Anticapital, 2023, p.22.

Esse processo veio acompanhado de um aumento do fluxo migratório em direção às grandes cidades, o que evidenciou a complexificação do tecido social nesses países. É nesse contexto que surge, ainda na década de 1960, um amplo debate sobre a pertinência de modelos duais para explicar a realidade na região. Por exemplo, Pinto (1968) cunhou a ideia de “heterogeneidade estrutural” em vista de destacar as discontinuidades entre os setores “primitivo”, “moderno” e “intermediário”, dando conta também da grande dimensão relativa dos setores menos desenvolvidos na América Latina, que reforça a heterogeneidade. Além dele, Nun (1969) e Quijano (1966) trataram da “marginalidade social” como fenômeno constitutivo dessas sociedades, destacando *alguma* relação entre sua existência e a dinâmica do capitalismo na região.

Ao mesmo tempo, paralelamente aos debates sobre o desenvolvimento, ressurgiu com grande ímpeto a discussão sobre a situação das mulheres na sociedade capitalista. Um marco nesse sentido é o trabalho de Saffioti (1969). A ampliação dos setores referenciados como “marginais” determinou, no debate feminista, um grande avanço nas investigações sobre a categoria ocupacional “empregada doméstica”, que correspondia, no início da década de 1970, a aproximadamente 40% do total de trabalhadoras na América Latina (Saffioti, 1979). A situação daquelas trabalhadoras passou a constituir os debates sobre as particularidades da opressão de gênero na região, além de avançar nas formulações sobre a relação entre as opressões de gênero e classe, como em Saffioti (1979). Em trabalho escrito a propósito do ano internacional da mulher, Bambirra (1975) fez questão de destacar que “uma das sobrevivências pré-capitalistas mais deploráveis que existe nas sociedades latino-americanas é a situação das empregadas domésticas.” (Bambirra, 1975). Desde então, entretanto, o debate marxista sobre a particularidade histórica da opressão das mulheres no capitalismo avançou: o trabalho de Lise Vogel (1981) constituiu o ponto de partida para a elaboração de um conjunto de reflexões teóricas que convencionou-se chamar de “Teoria da Reprodução Social” (TRS). Para a autora, o trabalho doméstico, por si só, não determina o caráter específico da opressão de gênero no capitalismo, mas antes seu significado social, “o fato de que a produção e reprodução da força de trabalho é uma condição essencial que sustenta a dinâmica do sistema capitalista, possibilitando que o capitalismo se reproduza” (Ferguson e McNally, 2022, p.69).

Nosso objetivo é fazer uma análise crítica da chamada “teoria da marginalidade social”, como possibilidade de compreensão orgânica do capitalismo latino-americano. Nossa hipótese é que os autores são incapazes de localizar adequadamente os chamados “elementos marginais” na lógica de reprodução capitalista, uma vez que desvencilham esses elementos das tendências fundamentais, ou dominantes, da acumulação capitalista. Nosso objetivo possui uma segunda dimensão: realizar essa análise crítica a partir da investigação teórica e histórica da situação das empregadas domésticas, um caso evidente de “marginalidade social”.

Na primeira etapa de nosso percurso buscaremos reconstruir a construção do conceito de “marginalidade social”, de Quijano (1966), e “massa marginal”, de Nun (1969). Respeitando as particularidades teóricas dos autores, será evidenciado a dimensão epistemológica que unifica as abordagens: a compreensão de, em maior ou menor medida, o setor “marginal” não compõe a lógica interna do setor dominante da acumulação capitalista. Ainda, as limitações evidenciadas apontarão para uma superação dessas abordagens.

Dessa forma, na segunda etapa será analisada teórica e historicamente a situação das empregadas domésticas, categoria ocupacional reiteradamente classificada como “marginal” e muito relevante na

história da América Latina². Partiremos, então, de uma apresentação da Teoria da Reprodução Social (TRS), a partir da qual poderemos entender como o trabalho doméstico compõe de maneira contraditória a acumulação e a reprodução das relações capitalistas. O desenvolvimento histórico da forma família e da participação da mulher no mercado de trabalho será analisado a partir do caso brasileiro. O desenvolvimento da interpretação teórica, entretanto, requer a apreensão da atuação particular das leis capitalistas no desenvolvimento latino-americano; assim, será apresentada a categoria “superexploração da força de trabalho”, fundamento da Teoria Marxista da Dependência. Nossa investigação se baseia, portanto, na articulação entre: 1) a particularidade do trabalho doméstico; 2) a particularidade das relações capitalistas nos países dependentes e; 3) o desenvolvimento histórico concreto.

Ao final faremos algumas considerações sobre as possibilidades que foram oferecidas pela investigação sobre as “empregadas domésticas” no sentido de superação da “teoria da marginalidade”. Além disso, algumas provocações serão apresentadas no sentido de apontar caminhos para uma pesquisa mais ampla que enfrente a situação das empregadas domésticas e a reprodução da opressão de gênero em nosso continente.

2. Teoria da Marginalidade

Apesar das diversas acepções que o termo “marginalidade” recebeu na América Latina, Quijano (1966) considera apropriado partir da ideia de uma “situação social caracterizada basicamente por problemas de integração de seus elementos com os demais de uma determinada estrutura global da sociedade”. Isso porque, referir-se à “marginalidade social” como ausência de integração em instâncias institucionais significaria excluir sua compreensão do bojo das estruturas sociais. Essa integração deficitária é atribuída ao caráter conflitivo existente entre a estrutura básica da sociedade e esse grupo.

Para compreender melhor essa forma de participação na estrutura social, o autor divide três tipos de elementos institucionais: 1) os que correspondem à estrutura básica, definem o caráter fundamental da sociedade; 2) os que correspondem à estrutura secundária, contribuem para dar forma concreta à estrutura básica; 3) os que correspondem à estrutura marginal, “cuja existência não deriva das tendências que movem a estrutura básica da sociedade, porém trazem à luz as limitações dessa estrutura básica em cada momento histórico” (Quijano, 1966, p.36)

Apesar de tratar, ao longo do texto, também da “marginalidade” como “inconsistência dos indivíduos que a configuram, mas que pertencem às estruturas básicas da sociedade” (Quijano, 1966,

² Por exemplo, à época que escreveram os autores da “teoria da marginalidade”, mais precisamente na primeira metade da década de 1970, estimava-se que aproximadamente 40% do total das trabalhadoras latino-americanas era empregada doméstica (Saffioti, 1979, p.27).

p.45)³, nos interessa a “marginalidade radical”, aquela caracterizada pela participação em elementos institucionais que não fazem parte das estruturas básicas ou secundárias da sociedade. Como o próprio autor reconhece, “(...) como fenômeno social geral numa sociedade, sem dúvida é a segunda forma de marginalidade a que importa.” (Quijano, 1966, p.51).

Se a existência da “marginalidade social” não é derivada diretamente das tendências dominantes na sociedade, como se explica a tendência, evidente àquela altura⁴, de ampliação relativa dos grupos marginalizados, ao mesmo tempo que se ampliava também o polo dominante? A resposta do autor parte da compreensão de que toda sociedade complexa se organiza e se expressa como um sistema de dominação. Isso significa que não só há uma hierarquia entre os elementos institucionais, como também entre os elementos que integram cada um deles. Nesse sentido, o sistema de dominação das sociedades latino-americanas comporta e reproduz um setor marginal, em uma relação conflituosa com as próprias tendências da estrutura básica. Assim, caberia aos pesquisadores determinar concretamente em relação a quais setores institucionais - econômico, social, político, ecológico, cultural e psicológico-social - existe a marginalidade e, assim, compreender as situações particulares que ela determina em termos de participação no sistema de dominação. Os setores econômico, social e político são, nessa perspectiva, basilares na determinação do sistema de dominação e, portanto, deveriam constituir o cerne da análise.

O autor reforça ainda que, não apenas os elementos marginais não derivam das tendências “básicas”, como também podem contradizer essas tendências:

“(...) trata-se de um conjunto de elementos que não seguem os padrões que norteiam a lógica interna de desenvolvimento histórico da sociedade e que, em consequência, não apenas podem estar ‘à margem’, mas contradizer abertamente a lógica histórica de existência e desenvolvimento da estrutura básica da sociedade” (Quijano, 1966, p.47).

Assim, o caráter conflitivo que determina a marginalidade não se configura como uma contradição das próprias estruturas básicas. É na relação externa entre as diversas instâncias sociais – dominantes, secundárias e marginais – que se conforma uma dinâmica conjunta de reprodução do sistema de dominação. Se considerarmos, como em Nun (1969), que as estruturas dominantes são aquelas submetidas

³ “O primeiro caso se dá, por exemplo, quando se toma uma situação social configurada por inconsistências de status, entre um status atribuído baixo e um status adquirido elevado, na medida em que os critérios de avaliação da situação social, assim configurada, provêm de ambos os níveis de status.” (QUIJANO, 1966, p.45)

⁴ A título de ilustração, em 1974-1975, um ano após o auge do crescimento econômico durante o “Milagre Econômico” brasileiro (1967-1973), que atingiu uma taxa de 14% a.a., a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que 67% da população brasileira consumia aquém das suas necessidades nutricionais.” (SZMRECSÁNYI, 1984)

à dinâmica do capital monopolista, podemos concluir, em linha com Quijano, que a marginalidade social na América Latina não seria um fenômeno próprio das tendências desse núcleo, mas consequência de um arranjo de dominação social que envolve o capital monopolista e evidencia suas limitações.

José Nun (1969), por sua vez, buscou apresentar as condições em que parte da população trabalhadora se tornaria afuncional ou disfuncional em relação ao processo de acumulação capitalista. Assim, fazendo um paralelo com Quijano (1966), o autor se concentra no “setor institucional” econômico. Partindo da interpretação de Louis Althusser a respeito da crítica da economia política marxiana, ele compreende que as categorias “superpopulação relativa” e “exército industrial de reserva”, muitas vezes compreendidas como sinônimos, seriam distintas: a primeira se referiria à parte da população que excede os limites quantitativos determinados pela combinação entre os meios de produção e a força de trabalho em um modo de produção qualquer, permanecendo assim “no estado de mero fator virtual, pois não consegue se vincular nem aos meios de suas reprodução, nem aos produtos” (Nun, 1969, p.4, tradução minha); a segunda, diria respeito à funcionalidade da superpopulação relativa no capitalismo, por um lado, provendo força de trabalho para os aumentos súbitos da produção capitalista (função direta), por outro, exercendo pressão disciplinadora sobre a mão de obra e limitando a ação da lei da oferta e demanda por trabalho (função indireta).

A compreensão apresentada em Marx (2013), em que se sugere que as categorias são sinônimas ou, ao menos, concêntricas, teria que ver com o caráter parcial de “O Capital”. Segundo Nun (1969), a obra aborda o período do capitalismo concorrencial, quando a superpopulação manteria, no geral, uma relação funcional com a acumulação capitalista. Durante sua fase monopolista, o modo de produção capitalista é caracterizado pelos gigantes conglomerados, com crescentes retornos de escala e inovações tecnológicas em fluxo contínuo. Assim,

“à medida que avança a mecanização, cada unidade de capital ou de produto requerem uma maior especialização do trabalho. Em consequência, declinam as possibilidades de transferir trabalhadores de um setor a outro que, como se recordará, pressupunham um baixo nível geral de qualificação; mas, sobretudo, perde de sustento a ideia anterior de uma reabsorção possível dos operários deslocados pela máquina: a demanda industrial de trabalho tende a se contrair ou, no melhor dos casos, estancar.” (Nun, 1969, p.19, tradução minha)

A esse contingente de trabalhadores disfuncionais ou afuncionais em relação ao setor hegemônico (no caso, o capital monopolista) o autor denomina “massa marginal”⁵. Nos países centrais, seu surgimento estaria relacionado à contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção (“contradição fundamental”), refletindo o esgotamento do modo de produção. Nos países periféricos, por outro lado, essa maturação apareceria de maneira precoce pelo processo de integração neocolonial que esses países são envolvidos a partir do século XIX. Então, fatores como a manutenção de mecanismos pré-capitalistas de exploração, notadamente no campo, e o colonialismo tecnológico estariam como os principais fatores que acirrariam a “contradição fundamental” na periferia, criando uma massa marginal hipertrofiada que não poderia participar do mercado de trabalho dos setores hegemônicos (NUN, 1969).

Sobre a relação entre o “atraso agrário” e a incapacidade da indústria em empregar uma grande parcela dos trabalhadores, o autor se resume a dizer que “uma estrutura causal complexa (...) [cria] uma propensão a poupar mão de obra” (Nun, 1969, p.36.). O colonialismo tecnológico, por sua vez, determinaria uma incapacidade dos países latino-americanos em gerar seu próprio desenvolvimento das forças produtivas, o que se tornaria agudizado com o desenvolvimento da industrialização pesada. Esse desenvolvimento envolveria uma maior intensidade de capital⁶, o que significa que a empregabilidade da mão de obra estaria cada vez mais restringida pela escassez de capital oriunda do colonialismo tecnológico.

Tanto Quijano (1966), quanto Nun (1969) são incapazes de explicar como os ditos “elementos marginais” integram a dinâmica capitalista na América Latina, uma vez que desvencilham a marginalidade das tendências “fundamentais”, “básicas” ou “dominantes” da acumulação. Ao adotar modelos teóricos de corte estruturalista, no caso de Nun com evidente inspiração althusseriana, os autores enxergam a estrutura social como uma associação hierárquica entre diversas instâncias econômico-sociais, em que a totalidade só existe num alto nível de abstração. Segundo Quijano (1966, p.43, tradução minha), “O problema está em que [a marginalidade social] não forma parte dos parte dos padrões e tendências que regem suas estruturas dominantes, mas existe em dependência deles”. A unidade existiria, então, apenas a partir da associação hierárquica entre as diversas instâncias institucionais, ou seja, de maneira “externa” à reprodução dos diferentes níveis institucionais.

Nun (1966), por sua vez, apesar de compreender a “massa marginal” como um produto do desenvolvimento do capital monopolista, trata essa forma dominante do capital como uma estrutura

⁵ É possível que uma parcela da superpopulação relativa constitua um exército industrial de reserva em relação aos setores competitivos ao mesmo tempo em que se configura como “massa marginal” em relação aos setores dominados pelo capital monopolista.

⁶ O autor utiliza a terminologia da teoria econômica convencional, então, por “capital” ele está se referindo aos bens de capital, máquinas e equipamentos, instrumentos de trabalho. Na terminologia marxiana, um aumento da “intensidade do capital” corresponderia um aumento da “composição técnica do capital” (Marx, 2013).

concebida *a priori*, que se relaciona externamente com outras estruturas, referentes a outras formas de acumulação. Assim, numa economia de capitalismo periférico, em que persistem formas do capital industrial competitivo, formas do capital comercial e formas não-tipicamente capitalistas de exploração do trabalho, o capital monopolista se relacionaria com essas estruturas, sem implicações para sua própria lógica interna. O modelo teórico do autor não compreende a reprodução da marginalidade de maneira interna à reprodução do capitalismo monopolista, ou ainda, como produto e pressuposto do desenvolvimento das tendências mais avançadas do capitalismo na região. O seu equívoco metodológico fica evidente quando o autor explica como seria o funcionamento de uma grande empresa monopolista:

“(...) sua alta taxa de lucros, a necessidade de determinar a médio prazo seus custos e a menor incidência relativa que tem sobre esses a mão de obra, são alguns dos fatores que levam a grande empresa monopolista a busca a integração estável do trabalhador à firma, pagando maiores salários, cumprindo em geral as leis sociais e negociando acordos com as organizações trabalhadoras que os assegurem o cumprimento desses objetivos.” (Nun, 1966, p.29-30, tradução minha)

Sua explicação é equivocada, em primeiro lugar, porque não corresponde à atuação das grandes empresas monopolistas na América Latina durante o período⁷. Em segundo lugar, essa compreensão pautada na atuação dessas empresas nas economias centrais revela a dimensão metodológica de seu equívoco: o autor compreende a dinâmica do capital monopolista como uma estrutura cuja lógica já está determinada teoricamente, e por isso não é capaz de enriquecer a categoria em seu desenvolvimento histórico, particularmente a partir de seu desenvolvimento na América Latina.

Acreditamos, ao contrário, que uma investigação sobre o capitalismo na região deve especificar a forma particular de atuação das leis capitalistas que incorre na reprodução de um “polo marginal” hipertrofiado. Assim, a lógica da marginalidade passa a compor a reprodução ideal do movimento do capitalismo latino-americano, redefinindo a própria compreensão sobre a lei capitalista em sua manifestação particular.

Dessa forma, buscamos resgatar a ideia de “totalidade social” em Marx a partir da compreensão de que

“A totalidade não é um todo já pronto que se recheia de conteúdo, com as qualidades das partes ou com suas relações; a própria totalidade é que se concretiza

⁷ Como mostra Humphrey (1982), a partir de uma importante investigação em grandes montadoras de automóveis da Grande São Paulo durante o período do Milagre Econômico, os trabalhadores dessas empresas sofriam com uma alta rotatividade, extensão ilegal da jornada de trabalho, muitos acidentes de trabalho etc.

e essa concretização não é apenas a criação do conteúdo, mas também a criação do todo” (Kosik, 1969, pp.49-50; apud GE-TRS, 2022, p.41)

Além disso, a crítica feita por Cardoso (1972) à revisão da teoria marxiana promovida por Nun nos parece definitiva no sentido de questionar o respaldo que esse supostamente encontrou em “O Capital” e nos “Grundrisse – Marx (2013; 2011). Além de evidenciar que a ideia de um “Teoria” do materialismo histórico referente a todos os modos de produção não encontra respaldo, a crítica aponta ainda o caráter funcionalista do conceito de “massa marginal”, completamente estranho ao método de Marx:

“(...) metodologicamente o conceito de “massa marginal” não se insere no mesmo universo do discurso do conceito de exército de reserva: refere-se a uma teoria da funcionalidade das populações com respeito aos sistemas de produção e não à teoria da acumulação. Assume, além disso, no plano epistemológico, a conotação de um conceito heurístico e operacional e não de uma contradição necessária...” (Cardoso, 1972, p.163)

O conceito formulado por Nun (1969) é entendido, assim “como conceito metateórico, quer dizer, que ordena *para o observador*, como linguagem, as relações de funcionalidade, afuncionalidade e disfuncionalidade da relação entre um elemento e um conjunto.” (Cardoso, 1972, p.144, grifos do autor). De maneira diversa ao “ponto de vista do observador”,

“o conhecimento teórico [em Marx] é o *conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a *reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa...*” (Netto, 2011, pp. 20-21, grifos do autor).

3. A “empregada doméstica” e o trabalho de reprodução social

Apesar de ser aquele mais vezes referenciado na academia e na arte latino-americanas, o trabalho doméstico realizado por mulheres trabalhadoras em favor das classes proprietárias não representa o conjunto do trabalho de empregadas domésticas; há ainda um grande contingente de domésticas que trabalham para outras famílias trabalhadoras, normalmente sob o regime de diaristas. O trabalho doméstico das empregadas, nesse caso, não atua como “consumo suntuário”, mas antes como necessidade básica para

a reprodução da vida de famílias trabalhadoras. Dito isso, nos concentraremos nesse segundo caso, uma vez que dele depende a exploração tipicamente capitalista do trabalho.

Marx (2013, pp. 789-790) nos dá algumas pistas:

“Do ponto de vista social, a classe trabalhadora, mesmo à margem do processo imediato de trabalho, é um acessório do capital tanto quanto o é o instrumento morto de trabalho. Mesmo seu consumo individual, dentro de certos limites, não é mais do que um momento do processo de reprodução do capital.”

De maneira categórica, ainda afirma: “A reprodução da força de trabalho ... constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital.” (Marx, 2013, p.837). Não nos parece correto, portanto, seguir procedimentos metodológicos que busquem compreender a atuação das empregadas domésticas, e outros setores “marginais”, apartadas da dinâmica de acumulação capitalista.

Para seguir, convém, então, apresentar brevemente os fundamentos da Teoria da Reprodução Social (TRS). O texto seminal de Lise Vogel (2023 [1983]) é amplamente reconhecido por ter sistematizado uma forma de compreender a relação entre opressão de gênero e capitalismo, influenciando uma série de trabalhos mais ou menos coerentes que se reconheceram como adeptos da TRS. Apesar de não ser a primeira abordagem desse tipo, como ela própria destaca, sua capacidade foi tomar conscientemente a perspectiva da reprodução social em oposição às chamadas abordagens de “sistemas duplos”, dentre as quais ela situa, em maior ou menor grau, as abordagens de Friedrich Engels, August Bebel e Eleanor Marx e Edward Aveling. Mesmo que esses trabalhos reivindicassem a imbricação entre gênero e classe, seu tratamento epistemológico, entretanto, apontava para uma compreensão de dois sistemas paralelos: um relativo à “questão da mulher” e outro relativo à exploração de classe. Essas abordagens tampouco conseguiam esclarecer a relação entre esses “sistemas” que, entretanto, somente podem existir em unidade.

Uma vez reconhecido que o “segredo” da valorização do capital é a compra da força de trabalho e seu consumo para produção de mais-valor, como apresentado por Marx (2013), cabe se perguntar como se produz a força de trabalho. Ao identificar que a simples compra de mercadorias não é capaz de produzir seres humanos, a autora reconhece que é necessário um trabalho reprodutivo para que as condições de produção sejam repostas. Esse trabalho realizado para (re)produzir a força de trabalho não é produtivo para o capital, pois, “embora seja trocada no mercado, [a força de trabalho] não é uma mercadoria como qualquer outra, pois não é produzida de forma capitalista” (Vogel, 2023, p.348). Se é verdade, como aponta Marx (2013, p.787), que o capitalista “produz o trabalhador (...) como trabalhador assalariado”, isso é, converte o trabalhador em assalariado, o autor não explica, entretanto, como efetivamente se produz o trabalhador.

A geração de um ser humano, é claro, constitui um trabalho da fêmea no que diz respeito à geração e à lactação; é na centralidade desse trabalho de reprodução da força de trabalho para o capital que repousa o caráter específico da opressão da mulher na sociedade capitalista. Assim, podemos dizer que “as diferenças biológicas [entre os sexos] constituem a pré-condição material para a construção social das diferenças de gênero” (Vogel, 2023, p.331); da mesma forma, essas diferenças de gênero não poderiam ser analisadas sem remeter ao conjunto da reprodução social de um modo de produção específico, ou seja, sem localizá-las historicamente.

A reprodução social envolve basicamente três tipos de trabalho: a reposição geracional da força de trabalho; a manutenção de membros da classe que não trabalham; e os processos envolvidos no consumo individual do conjunto da classe trabalhadora. Parte desses trabalhos são realizados em instituições públicas, organizações filantrópicas e (crescentemente) em corporações capitalistas. Por um lado, “as circunstâncias e os resultados dos processos de reprodução da força de trabalho são essencialmente indeterminados e contingentes” (Vogel, 2023, p.335); por outro, é uma necessidade incontornável do capital o controle sobre o sexo feminino em função do papel desempenhado para a reposição geracional da força de trabalho.

Gesta-se, então, uma contradição entre o caráter expansivo do capital e a necessidade de “retirar”, total ou parcialmente, trabalhadoras do trabalho produtivo para que realizem a gestação e a lactação. Essa contradição foi resolvida historicamente no capitalismo pela família da classe trabalhadora – unidades sociais baseadas no parentesco que garantem a reprodução social por meio do trabalho feminino (Vogel, 2022).

“Nas sociedades capitalistas, o fardo do componente doméstico do trabalho necessário recai desproporcionalmente sobre as mulheres, enquanto o provimento de mercadorias tende a ser desproporcionalmente de responsabilidade dos homens, cumprida por meio da participação no trabalho assalariado.” (Vogel, 2022, p.352)

No caso brasileiro, o desenvolvimento industrial iniciou-se, ainda na segunda metade do século XIX, com grande participação feminina: em 1872, a força de trabalho feminina compreendia 78,3% do trabalho na indústria (ver Tabela 2). Essa grande participação inicial não significava, evidentemente, nenhuma superação da opressão de gênero e da ordem patriarcal. Dois eram os fatores que determinavam essa grande participação: 1) a escassez de força de trabalho disponível; 2) organização do processo de trabalho (Pena, 1981)

Tabela 2 – Participação do trabalho feminino na indústria

Anos	Censo industrial (a)	Censo Demográfico (b)
1872	78,30%	-
1920	33,70%	36,10%
1940	23,40%	26,20%
1950	23,20%	23,90%

Fonte: PENA, Maria V. J. Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 129.

Notas: (a) Não foi incluído pessoal administrativo; (b) não inclui indústria extrativa.

O primeiro desses fatores é evidenciado pela pequena população urbana no Brasil no final do século XIX. Os dados do Censo de 1872 indicam que a população das capitais provinciais, somada à do Município Neutro totalizavam apenas 10,41% da população total. O segundo fator diz respeito às características próprias dos setores hegemônicos da indústria brasileira naquele momento. A produção de bens de consumo leves – tecidos, alimentos, roupas, bebidas etc. – contava com um desenvolvimento lento da força produtiva do trabalho, principalmente pela falta de inovações no processo; isso era agudizado, na indústria têxtil, por exemplo, pela descontinuidade do processo de trabalho. Assim, “a produtividade ficava na dependência da quantidade de trabalhadores utilizados, da extensão da jornada de trabalho, de pressão sobre os salários, de atenção contínua das trabalhadoras a seus filatórios ou teares.” (Penas, 1981, p.143). O trabalho feminino foi considerado ideal para esses setores: por um lado, suas responsabilidades com o trabalho reprodutivo limitavam suas possibilidades de participar da atividade sindical; por outro, seu salário era socialmente considerado “suplementar e provisório” (Pena, 1981, p.143), justificando a baixa remuneração.

Tão logo a população brasileira passou a crescer de maneira acelerada, particularmente a população urbana, e iniciou-se o desenvolvimento de outros setores, por exemplo, da indústria mecânica, a participação feminina na indústria foi decrescendo (ver Tabela 2). Como evidenciado pelos anos iniciais do desenvolvimento industrial no Brasil, mesmo quando a força de trabalho feminina é a preferida, ela o é justamente por ser, via de regra, a preterida. É dizer, “não obstante proprietária dessa mercadoria [sua força de trabalho], a mulher aparecia no mercado (...) ao mesmo tempo como agente reprodutora de outras mercadorias – outras forças de trabalho” (Pena, 1981, p.139).

A burguesia industrial já conhecia, a essa altura do desenvolvimento capitalista, o caráter fundamental do trabalho reprodutivo por elas executado e, assim, conviveu de maneira contraditória com as necessidades imediatas da acumulação de capital e as necessidades da reprodução geracional e cotidiana da vida humana. Essa contradição ficou evidente logo do avanço da grande indústria na Inglaterra e a consequente inclusão feminina no trabalho fabril. Marx (2013, pp.578-579) atentou para a grande taxa de

mortalidade de crianças até 1 ano de idade. Dentre os vários distritos ingleses, em 1864, destaca-se negativamente a industrial Manchester, com 26.125 mortes para cada 100.000 crianças vivas com menos de um ano. “Como evidenciou uma investigação médica oficial em 1861, desconsiderando-se as circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade se devem preferencialmente à ocupação extradomiciliar das mães” (Marx, 2013, p.579).

Com o desenvolvimento das condições citadas para que a mulher brasileira deixasse de compor a maior parte do exército ativo de trabalhadores na indústria, o capital reforçou, por diversas vias, o caráter patriarcal da sociedade brasileira. Assim, “da mesma maneira que sua incorporação ao trabalho fabril, também sua repulsão estava inscrita na lógica perversa da acumulação capitalista no Brasil.” (Pena, 1981, p.131).

O incentivo à forma família “tradicional” se deu já na Primeira República (1888 – 1930). Nesse momento, o controle da vida operária era feito diretamente pelas empresas, que passaram a “invadir” os diversos espaços de sociabilidade dos trabalhadores, principalmente pela construção das chamadas “vilas operárias”. Naquele contexto, o casamento e a vida familiar eram enaltecidos nesses espaços, uma vez que constituíam parte importante do disciplinamento necessário ao gerenciamento “científico” da fábrica – inspirado na doutrina de Taylor e Ford. O principal objetivo da classe dominante, entretanto, era “prevenir o colapso fisiológico do/da trabalhador/a, exaurido/a por novos métodos de produção.” (Gramsci, 1978, p.303, *apud* Pena, 1981). Pouco tempo após a Revolução de 30, em seu primeiro boletim, o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio alertava que “a mãe ativa é quase sempre reforçada a negligenciar os cuidados com a família, os filhos e a educação”. Além disso, a criação do SENAI, em 1942, vinculado à Confederação da Indústria e com apoio do governo varguista, incluiu, no ensino técnico, explícitas restrições à presença feminina naqueles cursos considerados “não adequados à saúde das mulheres”, corroborando uma presença restrita e precária do trabalho feminino na indústria (Pena, 1981, p.137).

A suposta preocupação que a burguesia industrial parecia ter com a saúde das mulheres, entretanto, ignorava a verdadeira situação da mulher trabalhadora:

“Sua recondução ao lar não significava para ela um abandono de atividades que aumentassem o rendimento familiar, é claro: ela continuava integrada ao sistema fabril por mecanismo de *putting out* ou, ainda, participava de uma extensa rede de prestação de serviços pessoais.” (Pena, 1981, p.129)

A enorme participação das mulheres na prestação de serviços pessoais e na indústria domiciliar; a ainda relevante atuação nas fábricas; e a crescente participação nas atividades do setor terciário vinculados à produção capitalista, não significavam, de maneira alguma, um ímpeto por autonomia, mas antes uma

necessidade incontornável. Esse fato parece determinar duplamente a situação da mulher trabalhadora no Brasil: por um lado, o acesso precário ao mercado de força de trabalho “formal”⁸; por outro, a oferta de serviços pessoais, destacadamente como empregadas domésticas⁹. A busca de acesso aos meios de subsistência determina a necessidade de que algumas mulheres desempenhem trabalhos produtivos¹⁰, enquanto outras prestam trabalhos domésticos para as primeiras.¹¹

“Como certas funções da família, por exemplo, cuidar das crianças e amamentá-las etc., não podem ser inteiramente suprimidas, as mães de família confiscadas pelo capital têm de arranjar quem as substitua em maior ou menor medida. É necessário substituir por mercadorias prontas os trabalhos domésticos que o consumo da família exige, como costurar, remendar etc. A um dispêndio menor de trabalho doméstico corresponde, portanto, um dispêndio maior de dinheiro, de modo que os custos de produção da família operária crescem e

⁸ Além da participação feminina ter se restringido cada vez mais a trabalhos de baixa qualificação na indústria, pelas razões já apontadas, o crescimento do setor terciário, determinado pela entrada da grande empresa monopolista a partir do Plano de Metas, se deu com baixa capitalização e, portanto, com condições de trabalho ainda piores. “Assim, [com a transferência das plataformas de produção do capital monopolista] todos os tipos de serviços contemporâneos da indústria - no nível em que ela se encontra nos países capitalistas maduros - passam a ser exigidos; essa exigência choca-se contra a exiguidade inicial - uma razão estrutural - dos fundos disponíveis para acumulação, que devem ser rateados entre a indústria propriamente dita e os serviços. A solução é encontrada fazendo os serviços crescerem horizontalmente, sem quase nenhuma capitalização, à base de concurso quase único da força de trabalho e do talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários ...” (Oliveira, 1972, p.45, adição minha). Como indica Saffioti (1979), em 1970 as mulheres respondiam por 68,8% do total de trabalhadores ocupados no setor terciário; esse número, entretanto, é inflacionado pela inclusão das empregadas domésticas, que, junto com outros serviços pessoais, correspondiam a 39,7%, daquele total. Esse mesmo subsetor do setor terciários, chamado pelo Censo Demográfico de “prestação de serviço” correspondia, no caso dos homens, a apenas 6,1% do total ocupado no setor.

⁹ Não temos acordo com a tese defendida por Daniel (2011) de que, no Brasil, em 1970, “o perfil das trabalhadoras era de mulheres jovens, solteiras e sem filhos”. Sua evidência empírica é que “apenas 19% das mulheres com idade entre 40 e 49 e 15% daquelas com idade entre 50 e 59 anos estavam ativas”. Esses dados, entretanto, não são suficientes para sustentar que o perfil das trabalhadoras era de mulheres solteiras, pois grande parte das mulheres casava-se muito cedo. Os dados referentes ao ano de 1980 ajudam na compreensão: mulheres chefes de família possuíam uma taxa de atividade de 43,3%; as filhas, 27,3%; aquelas sem parentesco, 74,9%; aquelas em outras condições familiares, 23,3%; e, por fim, as casadas, 20% (Fundação Carlos Chagas, 2007). Fica evidente o impacto real que o casamento (e a maternidade) traz em termos de limitação à atividade econômica. Entretanto, a taxa de atividade para o conjunto das mulheres era de apenas 26,5%, o que indica que, em termos absolutos, a mulher casada era extremamente representativa no perfil das trabalhadoras remuneradas.

¹⁰ “A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. (...) *Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital*” (Marx, 2013, p.706, grifos meus). O caráter produtivo do trabalho sob o modo de produção capitalista, portanto, nada tem que ver com a qualidade específica do produto do trabalho: “um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão” (Marx, 2013, p.706)

¹¹ É evidente que a divisão dos grupos de mulheres que realizam esses diferentes trabalhos passa necessariamente pela discriminação racial, entretanto, pelas limitações desse artigo, precisamos tomar como pressuposto e abstrair do desenvolvimento teórico. A realidade é “uma totalidade constituída por complexos (estruturas) parciais e pelas relações entre esses complexos (...). A possibilidade de isolar momentos ou complexos inteiros da realidade exige, portanto, sempre uma abstração dessa insuperável unidade do ser” (Medeiros e Bonente, 2021, p.87). A abstração “se refere a um procedimento teórico-especulativo que consiste em investigar um complexo, uma categoria ou um processo causal da realidade num isolamento abstrato obtido pela aplicação de uma clausula *ceteris paribus* ou ‘como se’” (Medeiros e Bonente, 2021, pp.89-90).

contrabalançam a receita aumentada. A isso se acrescenta que a economia e a eficiência no uso e na preparação dos meios de subsistência se tornam impossíveis.” (Marx, 2013, p.1307)

O caráter precário das condições de das “empregadas domésticas”, numa compreensão mais geral, manifesta a contradição entre um trabalho mercantilizado que, em última instância, não pode ser plenamente reconhecido como trabalho social, pois atuam contraditoriamente o impulso capitalista à mercantilização, e o caráter não-capitalístico da “produção de seres humanos”. Assim, apesar de remunerado, esse trabalho não está sujeito às tendências típicas da produção capitalista, como o desenvolvimento da produtividade e o caráter crescentemente coletivo.

É um “fato estilizado” que a “empregada doméstica” representa, na história do capitalismo latino-americano, uma categoria mais relevante que na trajetória dos países centrais. Por um lado, um imenso exército industrial de reserva que aparece como categoria “marginal” e contém um número crescente de mulheres dispostas a oferecer serviços pessoais, principalmente domésticos. Por outro lado, a constante violação do fundo de vida dos trabalhadores ocupados em trabalho produtivos parece determinar a necessidade generalizada da família trabalhadora contar com o trabalho de uma empregada doméstica.

Para tratar das particularidades do capitalismo latino-americano, nos fundamentamos na compreensão fornecida pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD). O primeiro passo para o desenvolvimento da TMD é constatação de que existem “distintas formas de inserção dentro de um processo de acumulação capitalista em escala mundial”. (Carcanholo, 2013, p.79). Podemos dizer que “os particulares, por sua relação diferenciada na acumulação do capital em escala mundial, geram, por sua vez, formas internas particulares de reprodução do capital” (Osorio, 2013, p.58). As economias da América Latina se inserem no mercado mundial, desde sua constituição, de maneira subalterna. Sua condição inicial de colônia se transforma com a independência e, principalmente, com o avanço das relações capitalistas – criação de despossuídos prontos para entrarem no mercado de trabalho, de um lado, e concentração da riqueza na forma de capital, de outro - em escala mundial. É então que passa atuar a lei do valor em nível mundial, operando, simultaneamente, a organização de uma divisão internacional do trabalho. Os países latino-americanos se inserem de maneira desfavorável nessa divisão, de tal maneira que passam a operar mecanismos de transferência de valor em direção às economias centrais¹². Dentre os principais mecanismos que engendram essa transferência estão: 1) deterioração dos termos de intercâmbio; 2) serviço da dívida (remessa de juros); 3) remessas de lucros, royalties e dividendos; 4) apropriação de renda diferencial e renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais (Luce, 2018, p.50).

¹² Para uma reconstrução teórica do desenvolvimento histórico da transferência de valor como intercâmbio desigual, ver Luce (2018), cap.1.

Nos interessa fundamentalmente compreender que para esses autores a “superexploração da força de trabalho” atua como mecanismo de compensação no capitalismo dependente em face da transferência de valor. Essa categoria pode ser entendida como “uma forma particular de exploração (...) (cuja) particularidade consiste em que é uma exploração na qual o valor da força de trabalho é violado” (Osorio, 2013, p.49); ou ainda, uma forma particular de exploração transforma parte dos fundos de consumo e de vida dos trabalhadores em fundos de acumulação de capital (Luce, 2018). As três formas fundamentais de superexploração são: 1) aumento da intensidade do trabalho; 2) prolongamento da jornada de trabalho; 3) conversão de parte do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação (Marini, 2005a).

Uma vez que a superexploração é momento dominante da acumulação, a industrialização dependente é marcada por uma cisão das esferas de consumo. Os setores de bens de consumo “suntuários”, ou seja, de consumo restrito, constituíram o destino preferencial do investimento direto estrangeiro ao longo das décadas de 1960 e 1970, quando países como Brasil, México e Argentina avançaram na sua industrialização pesada. Isso, é claro, tem que ver com o caráter da distribuição de renda, determinado pela superexploração, que tornava os extratos mais altos de renda um mercado mais atrativo. O aumento da produtividade nesses setores, entretanto, não podia determinar um rebaixamento do valor da força de trabalho, uma vez que seus produtos não eram parte da cesta de consumo dos trabalhadores. Dessa forma, reproduzia-se continuamente a superexploração da força de trabalho, enquanto os investimentos nos setores de bens de consumo suntuário seguiam recebendo investimento e proporcionando, na esfera da circulação, um mais valor extraordinário. Assim, a realização do mais valor na economia dependente se torna independente da massa dos trabalhadores. Da mesma forma, a inexistência de um mercado de massa significa uma grande massa de trabalhadores “supranumerários”, um exército industrial de reserva hipertrofiado (Marini, 2005).

“(…) não podendo estender aos trabalhadores a criação de demanda para os bens supérfluos, e se orientando antes para a compressão salarial, o que os exclui de fato desse tipo de consumo, a economia industrial dependente não só teve de contar com um imenso exército de reserva, como também se obrigou a restringir aos capitalistas e camadas médias altas a realização das mercadorias supérfluas.” (Marini, 2005, p.27)

“E por essa razão que a chamada *marginalidade social* não pode ser tratada independentemente do modo como se entrelaçam nas economias dependentes o aumento da produtividade do trabalho, que deriva da importação de tecnologia,

com a maior exploração do trabalhador, que esse aumento da produtividade torna possível.” (Marini, 2005b, p.35, grifos meus)

Dessa forma, podemos compreender quais tendências particulares da região atuam no sentido de determinar a grande importância, quantitativa e qualitativa, das empregadas domésticas no capitalismo latino-americano. A grande massa de trabalhadoras que não conseguem acessar empregos formais na América Latina, apartadas dos meios de produção e dos meios de subsistência, encontra a “possibilidade” de realizar trabalhos domésticos para outras famílias trabalhadoras¹³, nas quais, muitas vezes, o conjunto dos membros é assalariado. O trabalho das empregadas possibilita, então, a reprodução de parcela da força de trabalho, garantindo que as tendências de violação do fundo de vida dos trabalhadores por meio de aumento da carga horária, aumento da intensidade de trabalho ou redução salarial, não impeçam a reprodução diária desses trabalhadores, a criação dos filhos etc.

As alterações na demanda por trabalho feminino nos setores hegemônicos da indústria não atuam para contrarrestar a necessidade, determinada pela superexploração, das mulheres trabalhadoras buscarem continuamente meios de realizar atividades remuneradas. A disponibilidade das trabalhadoras para as necessidades imediatas da acumulação do capital é evidenciada pelas crescentes taxas de atividade econômica das mulheres no Brasil, a partir do fim do Milagre Econômico (ver Tabela 3). Além disso, em um cenário de estagnação da produtividade e sob os efeitos da crise mundial após o “Choque do Petróleo”, as mulheres brasileiras passaram a ser recrutadas até mesmo em setores que o trabalho feminino não estava normalmente presente (Hirata, 1998), ocupando-se, como anteriormente, em atividades de baixa qualificação e em postos inferiores da hierarquia das empresas (Leite e Rizek, 1998)

¹³ Estamos aqui abstraindo a demanda por trabalhadoras domésticas oriunda das classes proprietárias, da alta burocracia estatal etc. A superexploração da força de trabalho, como destacamos, atua na reprodução de uma escandalosa desigualdade de renda, ampliando as possibilidades de consumo dos estratos mais elevados. Isso é um importante fator para o emprego das empregadas domésticas. Entretanto, nos interessa aqui a atuação das empregadas domésticas em um dos momentos da reprodução da força de trabalho.

Tabela 3 – Taxa de atividade econômica das mulheres (1976-2007)

Anos	Taxa de atividade
1976	28,8%
1981	32,9%
1983	35,6%
1985	36,9%
1990	39,2%
1993	47,0%
1995	48,1%
1997	47,2%
1998	47,5%
2002	50,3%
2007	52,4%

Fonte: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulheres no mercado de trabalho: grande números. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie1.php?area=series>

Ao mesmo tempo, a imposição aos homens trabalhadores dos mecanismos citados para violação do seu fundo de vida aponta para um reforço do caráter patriarcal na “unidade” familiar: a responsabilidade completamente feminina sobre o trabalho reprodutivo aparece agora como uma necessidade absoluta para os homens. A contradição, inerente ao capitalismo em geral, entre as necessidades do capital em recrutar mulheres para o trabalho produtivo, e o papel a elas atribuído na reprodução social, se torna, portanto, agudizada no capitalismo dependente latino-americano.

Assim, a divisão típica da forma família não é suficiente para manter a reprodução da força de trabalho; historicamente a principal solução histórica foi o trabalho doméstico mal remunerado fornecido por mulheres, normalmente racializadas¹⁴. Para a esposa, isso não significou, de maneira alguma, a libertação das responsabilidades domésticas; ao contrário, o trabalho das diaristas funciona como um mínimo necessário para que não haja um colapso da unidade familiar, ao mesmo tempo que se mantém a opressão de gênero no “lar”. Por outro lado, esse trabalho doméstico remunerado retroage sobre as trabalhadoras, condicionando o desenvolvimento de suas potencialidades aos trabalhos dessa natureza e perpetuando, para as trabalhadoras como um todo, o caráter restrito dos trabalhos socialmente “femininos”.

Isso significa que nos países dependentes, a opressão das mulheres e a forma família possuem particularidades importantes ao nível das suas “condições de possibilidade” - para usar a expressão empregada por Ferguson e McNally (2013, p.82) – que devem ser levadas em conta ao analisar o

¹⁴ Evidentemente que a “solução histórica” não significa uma superação do caráter agudo da contradição, mas antes a forma que essa contradição se move. Essa forma histórica pressupõe, por sua vez, que uma parcela da população de fato não encontre nenhuma possibilidade para contrarrestar as defasagens em sua reprodução diária e geracional. No caso brasileiro, essa população é majoritariamente negra. Sobre esse tópico, faremos breves considerações adiante.

desenvolvimento histórico. A família trabalhadora tende a reproduzir de maneira particularmente aguda o caráter patriarcal da sociedade capitalista, ao mesmo tempo que está em constante crise, pelas dificuldades encontradas para cumprir sua função de reproduzir a força de trabalho. Por algumas vezes, a implosão da forma família é evitada, como destacamos, pela presença de uma empregada doméstica, que contribui com a esposa nos trabalhos de reprodução social. Entretanto, muitas famílias trabalhadoras não podem recorrer a esse expediente, incluindo muitas vezes as famílias das diaristas; outras vezes, o trabalho da diarista, que a família é capaz de pagar, não é suficiente para manter a “normalidade” da reprodução social.

4. Considerações finais

Esse trabalho, longe de esgotar o estudo da situação específica da empregada doméstica, tem antes a finalidade de orientar o estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina a partir de uma abordagem que não reproduza o dualismo insistente, cuja origem está associada aos estudos “clássicos” da CEPAL. Apesar da pretendida superação dessa tradição, os autores da “marginalidade social” reproduzem interpretações não-orgânicas da realidade social, incapazes de apreender a reprodução do todo como um processo em construção. A integração da “massa marginal”, ou ainda, a falta de integração nesse processo, acarreta uma visão muito limitada da reprodução das relações capitalistas e impede o reconhecimento das particularidades do capitalismo monopolista na América Latina.

O tratamento preliminar que oferecemos à questão da “empregada doméstica” nos permite inserir essas trabalhadoras no conjunto da reprodução das relações capitalistas sem incorrer, entretanto, em uma abordagem funcionalista, corretamente criticada por Quijano (1966). Nos dedicamos a entender como essas trabalhadoras se convertem de consequência, em pressuposto do desenvolvimento capitalista, ao viabilizar historicamente a vigência das tendências à superexploração da força de trabalho e reproduzir formas particulares de opressão de gênero. Essa forma histórica não é, portanto, uma funcionalidade, “(...) não elimina essas contradições, porém cria a forma em que elas podem se mover. Esse é, em geral, o método com que se solucionam contradições reais.” (Marx, 2013, p.240)

As mediações feitas teoricamente nos possibilitaram compreender as particularidades do trabalho de reprodução social e da dependência, não como complexos que se relacionam externamente com a acumulação capitalista, mas como formas particulares de atuação das leis capitalistas e como momentos da reprodução dessas relações sociais.

O caráter preliminar e inconcluso do presente trabalho implica muitas insuficiências e algumas potencialidades importantes. A insuficiência mais flagrante, e já mencionada, é a ausência de um trato teórico e histórico da questão racial, como elemento co-constitutivo das questões de classe e gênero. Na América Latina, essa questão envolve ainda especial atenção para as particularidades das formações

históricas, pois a base do trabalho compulsório no período colonial dessas sociedades inclui, por um lado os negros trazidos de África, de outro, os povos nativos da região.

Uma segunda insuficiência que compromete a capacidade explicativa do nosso trabalho é ausência de dados históricos sobre as condições do trabalho doméstico remunerado. Saffioti (1979) destaca que entre 1872 e 1970, desconsiderando-se as variações ao longo do período, praticamente a mesma porcentagem da população economicamente ativa (PEA) feminina eram trabalhadoras domésticas: 33% em 1872 e entre 27 e 33,2% em 1970. Apesar da importância dessa constatação, não podemos compreender qual a dimensão relativa do trabalho doméstico remunerado em favor das classes trabalhadoras. Nos parece lógico que o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil deve ter implicado um crescimento relativo dessa modalidade em relação ao trabalho prestado em favor das classes proprietárias, entretanto carecemos de evidências.

Por fim, a inserção da “empregada doméstica” no conjunto da reprodução das relações capitalistas evidencia as condições de possibilidade da reprodução da opressão de gênero e raça na América Latina. Nos parece que a reafirmação do caráter patriarcal e da forma família tradicional não determina, de fato, a possibilidade da mulher trabalhadora se ausentar de tarefas remuneradas, ao mesmo tempo que também o trabalho remunerado não a exime de sua responsabilidade sobre o trabalho doméstico. O papel relevante das empregadas domésticas, por sua vez, ao atenuar a crise constante de parcelas da família trabalhadora, enquanto unidade prioritária de reprodução social, aponta para a degradação absoluta das condições de reprodução dessas próprias trabalhadoras e das populações racializadas. Assim, o caráter agudo das contradições da forma família na América Latina e a inviabilização da reprodução social das empregadas domésticas pode nos ajudar na investigação de alguns fatos: 1) dentre os cinco países que mais cometem feminicídio, 4 são países latino-americanos: El Salvador (1º), Colômbia (2º), Guatemala (3º) e Brasil (5º); 2) tratando do Brasil, o feminicídio de mulheres negras respondeu, no primeiro semestre de 2022, a 62% do total (G1, 2023); 3) 65% das domésticas no Brasil em 2021 eram negras (DIEESE, 2022); 4) historicamente no Brasil a maior parte das empregadas domésticas são mulheres solteiras (Saffioti, 1979).

Longe de ignorar o desenvolvimento relativamente autônomo da dimensão cultural e, conseqüentemente, das opressões de gênero e raça, as condições de possibilidade constituem um importante ponto de partida na análise histórica.

Bibliografia

BAMBIRRA, Vânia. **A propósito del “Año Internacional de la Mujer”**. s/d (mimeo)

BERTOLA L.; OCAMPO J. A. **El Desarrollo económico de América Latina desde la Independencia**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

- CAMPOS, Fábio. A. **A Arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista no Brasil (1951-1992)**. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2023.
- CARCANHOLO, Marcelo D. (Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: FILHO, N.A (Org). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013. Pp 71-98.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Trabalho Doméstico no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>
- RIZEK, C. S.; LEITE, M. de P. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 10, p. 281–307, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4444569>. Acesso em: 14 mar. 2024.
- FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. “Capital, Força de Trabalho e Relações de Gênero: Introdução à Edição de ‘Marxismo e a Opressão às Mulheres’ na Série Historical Materialism” (2013). In: VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulheres no mercado de trabalho: grande números**. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie1.php?area=series>
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulheres, trabalho e família, versão 2007**. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie2.php?area=series>
- GRAMSCI, Antonio. **Selections from prison notebooks**. Londres: Laurence and Wishart, 1978.
- GRUPO DE ESTUDOS SOBRE TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL (GE-TRS). “Apresentação das Tradutoras”. In: VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- G1. **Mulheres negras representam 62% das vítimas de feminicídio no Brasil, aponta Anistia Internacional**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/03/28/mulheres-negras-representam-62percent-das-vitimas-de-femicidio-no-brasil-aponta-anistia-internacional.ghtml>
- HIRATA, Helena. “Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero”. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. Ano 4. n.7. São Paulo, ALAST, 1998.
- HUMPHREY, John. **Fazendo o Milagre: Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1982
- IANNI, Octávio. **Enigmas do pensamento latino-americano**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2000. Disponible en: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/iannienigmas.pdf>
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007 [1928].
- MARINI, Ruy M. Dialética da Dependência. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.
- MARINI, Ruy M. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, R., STEDILE, J. P. (orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. Expressão Popular, São Paulo, 2005b.

- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. Livro eletrônico.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867]. Livro eletrônico.
- MEDEIROS, João Leonardo; BONENTE, Biana Imbiriba. Marx e a crítica da economia política: considerações metodológicas. In: MEDEIROS, João Leonardo; SÁ BARRETO, Eduardo (orgs.). **Para que leiam O Capital**: interpretações sobre o livro I. São Paulo: Usina Editorial, 2021.
- NETTO, José P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NUN, José. “Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal”. **Revista Latinoamericana de Sociología**, Buenos Aires, vol. V, nº 1, pp. 178-236, março/abril, 1969.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão Dualista (1972). In: **Crítica à Razão/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ONU (Organização das Nações Unidas). **ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução**
- OSORIO, J. Fundamentos da superexploração. In: FILHO, N. A (Org). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. pp 49-70.
- PENA, Maria V. J. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PINTO, Aníbal. “Naturaleza e implicaciones de la ‘heterogeneidad estructural’ de la América Latina”. **El trimestre económico**, vol. 37(1), N. 145, México, D.F., Fondo de Cultura Económica, enero-marzo, 1970.
- POST, Charles. “Racism and Capitalism: A Contingent or Necessary Relationship?” **Historical Materialism**, Londres, vol. 31, nº 2, pp.78-103, 2023.
- QUIJANO, Aníbal. “Notas Sobre o Conceito de Marginalidade Social” (1966). In: PEREIRA, Luiz (org.). **Populações “Marginais**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.
- SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.
- _____. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1979.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Análise crítica das políticas para o setor agropecuário. In: BELLUZZO, L. e COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**, 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, vol. I, p. 255- 274.
- UOL. **Feminicídio** - Brasil é o 5º país em morte violentas de mulheres no mundo. - Veja mais em <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/feminicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violentas-de-mulheres-no-mundo.htm?cmpid=copiaecola>
- VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022 [1983].